

A Música Popular Brasileira nos Livros Didáticos de História*

Luciana Calissi

Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), professora-visitante da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

INTRODUÇÃO

O livro didático e os pareceres sobre a sua função e sua importância no sistema educacional são motivos de polêmicas. Primeiramente, porque não é seguro falar em um livro didático; não se trata necessariamente de uma produção homogênea. Ademais, alguns autores acreditam que sua importância varia de acordo com o leitor ou com o local em que estiver sendo utilizado. Outros ainda entendem a prática do uso dos manuais como limitadora de possibilidades metodológicas e de conhecimento. Sem desprezar essas concepções, deve-se esclarecer aqui a importância do estudo desse tipo de historiografia.

A partir de uma experiência significativa como professora no ensino Básico e de diversas leituras a respeito do livro didático, foi possível constatar que algumas de suas funções são mais ou menos comuns em diversos tipos de escolas. Na maior parte delas, esse tipo de literatura é uma das responsáveis pelo conhecimento histórico dos alunos e, muitas vezes, compreende a base do conhecimento e das aulas de grande parte dos professores. Assim, a importância deste tipo de manual na construção do conhecimento histórico, desde a base do processo educacional, é flagrante, e a utilização deste como objeto de estudos pode contribuir para a compreensão de diversos aspectos educacionais e sócio-culturais no Brasil.

O livro escolar é um objeto complexo que nos revela diferentes facetas e propicia uma pluralidade de estudos. Nestes estudos, o manual historiográfico pode ser visto como uma produção ligada à indústria cultural; como reflexo da legislação educacional; como instrumento pedagógico depositário de conteúdos e de valores de uma determinada época ou autoria.

Na rede de relações entre indústria cultural, política educacional, contexto sociopolítico, entre outros, fica difícil definir uma hierarquia de influências na composição e produção de um manual didático. Todos esses parâmetros merecem consideração, e é uma tarefa muito improvável abranger todas as possibilidades de análise num só estudo.

Nesta pesquisa foi realizada uma análise de manuais escolares, no caso da História do Brasil Republicano, de diversas editoras, de 1º e 2º graus ou Ensino Fundamental II e Ensino Médio¹, das décadas de 1980 e de 1990, que contêm canções brasileiras em seu conteúdo. A partir desta seleção se buscou resposta para alguns questionamentos sobre a dimensão das transformações metodológicas ocorridas nesses manuais; como por exemplo, se as mudanças propostas pela nova legislação e a própria modificação política e social que se estabeleceu a partir da chamada “distensão” política nacional se refletiram na elaboração dos livros didáticos. Para isso, foram adotados dois parâmetros considerados importantes; os contextos históricos em que esses livros foram produzidos e os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1996.

A canção popular nos forneceu elementos para detectarmos possíveis mudanças ocorridas na abordagem historiográfica e metodológica nesta produção didática. Sob esta perspectiva, procuramos identificar até que ponto as manifestações culturais são empregadas como novos tipos de documentos visando uma renovação da historiografia didática e novos procedimentos metodológicos, propostas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de História. Esta análise foi realizada, no que se refere às canções populares nacionais, sob quatro categorias básicas: documento, instrumento metodológico, recurso didático e ilustração.²

A PESQUISA: ALGUNS RESULTADOS

A partir da trajetória histórica do Brasil do final do período militar, a abertura política no decênio de 1980, até os anos de 1990 do século XX, foram investigadas as formas como a música popular brasileira se apresenta nos livros didáticos de História nestas décadas. Assim como o contexto sócio-político das décadas de 1980 e de 1990 sofreu mudanças, a

legislação e a produção historiográfica didática também se modificaram. O Regime Militar produziu um determinado tipo de literatura para aprendizagem. Após a ditadura uma outra literatura destinada à escola foi produzida e publicada.

Ao final do regime militar, por exemplo, iniciaram-se já discussões para novas propostas educacionais no Brasil. Estas, por princípio, eram consideradas mais democráticas. O fim da ditadura trouxe a oportunidade de luta e de sonho por uma sociedade mais igualitária, democrática e justa. Como base intrínseca desse processo, a educação tornou-se alvo de diversas discussões. Os ideais de uma nova educação no Brasil tomaram mais fôlego, novas propostas para um novo ensino e uma nova escola tornaram-se mais visíveis e mais amplas.

Porém, a abertura política não resultou de imediato numa renovação estrutural profunda da educação e de sua legislação: “Ao contrário, a legislação permaneceu a mesma, fazendo parte dos escombros que compuseram o chamado ‘entulho autoritário’ que resultou do desmoronamento da ditadura.”³ Porém, mesmo assim, as preocupações e lutas prosseguiram. Principalmente na segunda metade da década de 1980 se reforçavam as discussões sobre o processo educacional juntamente com a implantação da Assembléia Constituinte em fevereiro de 1987.

A nova Constituição promulgada vinte meses depois, que determinava dispositivos para as futuras mudanças no ensino, contribuiu para discussões mais profundas e para novas propostas para a educação. A Carta Constitucional estabeleceu parâmetros gerais para a elaboração de uma nova LDB que a partir de então motivou a luta de diversos setores sociais para que novas leis, com intuito democrático e modernizador, fossem discutidas e aprovadas.

Instalou-se um processo de discussão das Leis de Diretrizes e Bases para a educação nacional, gerando diversas propostas por parte de diversas instituições já conhecidas nesta luta, como ANDE, ANPUH, entre outras. Além disto, outros movimentos fizeram parte do cenário de debates deste período, como por exemplo, o Fórum Nacional

da Defesa da Escola Pública. A partir de 1996 foram aprovadas novas Leis e Diretrizes Educacionais (LDB), e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino no Brasil.

Tanto a LDB quanto os PCN portanto, já estavam sendo pensados e discutidos na década anterior; foram frutos de um contexto histórico em transformações, e sua elaboração teve contribuições e muitas críticas de diversos setores da área educacional. Apesar das críticas, estes passaram a representar, em certa medida, uma orientação para os currículos escolares e as propostas e/ou linhas de trabalho das escolas e de seus professores. Além disto, passaram a ser observados nas novas produções didáticas, principalmente pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).⁴

Os PCN para o ensino de História, seguem a linha historiográfica da História Nova, que propõem, entre outras coisas, o estudo de novos objetos e de novas abordagens do processo histórico, o que torna possível propiciar uma pluralidade de interpretações dos acontecimentos e novas formas de se ver o mundo.

[...] os estudos de inspiração marxista, que privilegiavam inicialmente as análises das infra-estruturas econômicas e das lutas de classes, passaram a incluir pesquisas referentes à cultura, às idéias e aos valores cotidianos, ao simbólico, presentes nas experiências das classes sociais e nas formas de mediação entre elas.⁵

Para tanto, se faz necessário a utilização de novos tipos de documentos, diferentes dos escritos tradicionais, como as manifestações culturais e artísticas em geral, entre elas, a música. O emprego destas novas fontes no ensino de História, representa o que aqui se denominou de “novas linguagens”⁴ nos livros didáticos.

A investigação histórica passou a considerar a importância da utilização de outras fontes documentais, além da escrita, aperfeiçoando métodos de interpretação que abrangem os vários registros produzidos. A comunicação entre os homens, além da escrita, é oral, gestual, sonora e pictórica [...] A aproximação entre Antropologia e a História tem sido importante, dando origem a abordagens históricas que consideram a cultura não apenas em suas manifestações artísticas, mas nos ritos e festas, [...] a dança, o livro, o rádio, o cinema, as caravelas, os aviões, a Internet, os tambores e a música.⁵

A partir da análise de vinte e um (21) livros didáticos convencionais⁶ de oito (8) diferentes editoras das duas últimas décadas do século XX, de acordo com a proposta deste trabalho, ou seja, verificação de como a música popular brasileira foi empregada nestes

manuals para buscar identificar mudanças metodológicas e de abordagem historiográfica no ensino de história, pôde-se apreender, por exemplo, a influência dos Parâmetros Curriculares na elaboração destes manuals. Além disto, foi ainda possível constatar que a produção destes livros compreende uma representação social de seu tempo, afinal, os manuals da década de 1980 se diferenciam dos da de 1990 pois parecem refletir o contexto histórico em que foram produzidos.⁷

Os PCN passaram a influenciar a produção de manuals didáticos na segunda metade da última década. Isso fica claro ao constataremos que na década de 1980, principalmente na primeira metade, as manifestações musicais foram predominantemente empregadas como simples exemplos (ilustração) das manifestações artísticas brasileiras de um determinado momento de nossa história. Na maior parte destes livros, as letras das músicas foram apresentadas em um capítulo à parte sobre a cultura no Brasil contemporâneo. Não havia a proposta de análise mais detalhada ou plural sobre estas manifestações artísticas, e conseqüentemente as canções não foram empregadas como recurso didático ou instrumento metodológico para novas abordagens históricas.

Entretanto, ocorreu uma modificação nestes manuals em relação aos da década anterior, eles passaram a manifestar uma tendência historiográfica marxista em detrimento da tendência da História Tradicional até então predominante na historiografia didática. Esta tendência marxista foi adotada num período em que se vivenciava o fim da ditadura, o fim da perseguição aos partidos de esquerda, e a retomada, de forma livre, de ideais democráticos e muitas vezes esquerdizantes ou socialistas, principalmente dentro das universidades. Isso se refletiu na postura de muitos intelectuais de então, e também na historiografia.

Os historiadores didáticos, muitos deles mestres e doutores, professores no Ensino Básico, mas também em universidades, acompanharam essa tendência. O contexto histórico e a vivência dos autores parecem ter influenciado no tipo de produção dos manuals escolares, embora ainda não houvesse uma modificação efetiva na política educacional.

Na primeira metade da década de 1990 as mudanças em relação à utilização de novos tipos de documentos históricos aos moldes da Nova História e dos PCN ainda não foram muito freqüentes. A partir da segunda metade dessa década, esse quadro começou a se modificar. As propostas metodológicas se atualizaram parecendo querer seguir as tendências do momento, dos Parâmetros Curriculares Nacionais, e alguns livros didáticos passaram a apresentar o que chamamos aqui de novas linguagens. Nesse período, estes manuais passaram a apresentar com mais freqüência, as letras das músicas populares como uma linguagem alternativa para o ensino de História.

A canção popular foi mais empregada não somente como documento e recurso didático para o enriquecimento de análises históricas desses livros, mas principalmente como instrumento metodológico, indicando um possível desenvolvimento de habilidades como comparação, reflexão crítica e visão plural de um determinado momento histórico.

O maior número de músicas populares empregadas foram referentes aos regimes de exceção do Brasil: a Era Vargas e o Regime Militar. No caso deste último, as canções “Pra não dizer que não falei das flores” (1968) de Geraldo Vandré e “Apesar de Você” (1970) de Chico Buarque de Holanda, são claramente utilizadas como recurso didático para a realização de críticas ou de demonstração de resistência a esse Regime ditatorial. Sobre a década de 1930, também como recurso didático, são apresentadas canções que buscam direcionar o olhar do leitor para a questão da censura getulista, demonstrando sua interferência nas produções musicais, como por exemplo, o samba “O Bonde de São Januário” (1940). Gravado sob a patrulha do Estado Novo, segundo alguns autores dos manuais analisados, representa o enquadramento da resistência à ordem artificial construída a partir de uma estratégia ideológica que impunha a promoção do valor trabalho.

É também importante observar que, sob a perspectiva das novas linguagens no ensino, um limite sobre a utilização da canção popular nestes manuais didáticos não foi superado: a canção foi apresentada apenas através de sua letra. Como nos revelou Augusto de Campos, a canção não é de fato uma linguagem escrita nem falada, é uma “palavra-canto” que significa outro tipo de linguagem.⁸

A maior parte dos livros didáticos não propõe a escuta nem realiza a análise melódica das músicas por eles apresentadas. Desta forma, cabe o questionamento se existe de fato, na utilização destes documentos, diferença ou renovação da canção em relação à poesia.

Na verdade, poderia se supor que, embora as melodias não tenham sido trabalhadas pelos autores, estes as conheciam; o historiador/escritor na seleção de documentos, pôde pensar a canção como um todo, embora não a revele da mesma maneira no seu uso didático. Além disto, a canção popular se diferencia da poesia e de documentos escritos convencionais, pois é pensada e veiculada de forma diferenciada. Mesmo nos manuais didáticos, apresentada somente através da letra, a própria indicação de ser uma canção já indica uma outra forma de olhar sobre este tipo de documento.

É relevante considerar que os manuais didáticos não sofreram mudanças profundas no processo e resultado de sua elaboração, ou seja; este estudo não pretende demonstrar que os manuais da segunda metade da década de 1990 por exemplo, respondam às propostas de mudanças discutidas no meio educacional como um todo, nem mesmo a todas as mudanças propostas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais.

De qualquer forma, a utilização da canção, ou melhor, das letras ou poesias das canções, e a gradativa mudança de seu tratamento como instrumento metodológico para o ensino de História, podem sinalizar uma preocupação por parte da produção desses livros, em relação aos PCN e em relação às nítidas e constantes transformações sociais, culturais e políticas, apresentadas pelo atual panorama mundial. Portanto, fica evidente que os manuais didáticos de História vêm sofrendo mudanças gradativas tanto em relação às possíveis linhas da historiografia contemporânea quanto à metodologia; mudanças estas influenciadas também pelas novas propostas curriculares que se vem discutindo em âmbito nacional. Evidenciam-se assim, as mudanças e permanências no processo de transformações no ensino de História.

Acredita-se que este trabalho possa contribuir para uma maior compreensão da complexidade do livro didático como objeto histórico, e que tenha trazido novos elementos de análise instigando o seu questionamento.

* Este texto apresenta alguns resultados da pesquisa de dissertação de mestrado: CALISSI, Luciana. A Música Popular Brasileira no Livro Didático de História (Décadas de 1980 e 1990) Dissertação. Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2003.

1 A nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96) estabelece que o Ensino Básico compreende os Ensinos Fundamental I e II e o Ensino Médio (antigos 1º e 2º Graus). Este último integra a etapa final da Educação Básica.

2 A música como fonte histórica pode se transformar em um recurso didático, no caso dos manuais estudados, quando é apresentada como um documento analisado pelo próprio autor, o qual realiza questões implícitas sobre essa fonte enriquecendo a sua análise. Como instrumento metodológico, o documento pode ser inserido sob forma de proposta de atividade. A canção é apresentada como um registro que se transforma em documento a partir de questões propostas pelo escritor ou pelo próprio aluno. É utilizada apenas como ilustração do conteúdo tradicional quando não se revela, através dela, trabalho de reflexão sobre a natureza das linguagens, suas especificidades ou sobre os elementos históricos.

3 NEVES Joana. Professor cidadão, educando cidadão. In: OLIVEIRA, Margarida M. Dias.(org.). Contra o Consenso; LDB, DCNs, PCNs e reformas no ensino. João Pessoa: ANPUH-PB, 2000, p. 33

4 O livro didático tem um conteúdo específico, que segue o currículo oficial com vocabulário adaptado e acessível ao aluno, pois este é o público alvo, embora seja um instrumento utilizado também pelo professor. (Vide p.e. MUNAKATA, Kazumi. Produzindo Livros Didáticos e Paradidáticos. – Tese de Doutorado (História e Filosofia da Educação). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1997

5 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio, Brasília, 1999 p. 300.

4 O “novo” neste caso, não é a linguagem em si, mas a forma e o lugar onde se pretende utilizar estas linguagens. No ensino, se trata da linguagem alternativa como nova fonte, como nova forma de abordagem de antigas linguagens (cinema, música, artes plásticas etc.), tornando-se estas não somente uma manifestação cultural, mas um instrumento de trabalho dentro da área de ensino.

5 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio, Brasília, 1999 p. 300.

6 Os livros aqui considerados convencionais são aqueles tradicionalmente utilizados em sala de aula; o termo convencional ou tradicional se relaciona ao costume e frequência com que esse tipo de material didático vem sendo usado nas escolas. Não se trata aqui dos livros chamados paradidáticos ou didáticos temáticos.

7 Em linhas gerais, como já foi colocado, a década de 1980 representou um momento histórico esquizofrênico de parte dos intelectuais brasileiros. Pode ser vista também como uma espécie de transição do Regime Militar (já bastante conhecido) ao processo de “globalização” da década de 1990. Os temas desta década se ampliaram, das questões essencialmente políticas referentes ao governo, passaram a abranger relações sociais mais extensas como: a pluralidade cultural, a tolerância, o racismo, a diversidade social. Estas questões estão presentes nas discussões e propostas de ensino dos PCN.

8 CAMPOS, Augusto. O balanço da bossa e outras bossas. São Paulo: Perspectiva, 1993